



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
PODER EXECUTIVO - PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 08.05.2023.001/SEMAD

SOLICITANTE: GESTORA DE CONTRATOS

ASSUNTO: PEDIDO DE REAJUSTE – REEQUILÍBRIO DE PREÇO.

**REALINHAMENTO PARA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO.
POSSIBILIDADE JURÍDICA. RECOMENDAÇÕES NECESSÁRIAS. LEI N.º 8.666/1993.**

I- RELATÓRIO:

Trata-se de análise do pedido de reequilíbrio de preço no Contrato Administrativo n.º 045/2022 - SEMAD, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 004/2022-PMTA, e nos Contratos Administrativos n.º: 04010001 – SEMAD; 04010002 - SMS; 04010003 – SEMED; 04010004 – SEMAS; 04010005 – SEMMACT, ambos oriundos do Pregão Eletrônico n.º 008/2022 PMTA-SRP, pleiteado pelas empresas SUPER POSTO PALMEIRA Ltda, CNPJ n.º 83.838.839/0001-20, e SUPER POSTO ESTRELA Ltda – Cnpj n.º 02.848.944/0001-49, para manutenção do equilíbrio econômico financeiro.

O Contratos Administrativos firmados por meio dos Pregões Eletrônicos supracitados têm como objeto a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E ÓLEO DIESEL S10) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA E SUAS SECRETARIAS”.

No requerimento, a empresa faz o pedido de reajuste tendo em vista: *“os preços encontram-se em variação amplamente considerável desde a data do pregão eletrônico que celebrou a contratação, sendo as margens praticadas nas refinarias ultrapassantes à reerência praticada durante a licitação para aerto de preços e posterior vitória...sendo imprescindível o realinhamento para que seja possível a continuidade da parceria ”.*

Instruem o presente processo, dentre outros, os seguintes documentos: i) Requerimento protocolado pelas empresas requerendo o reequilíbrio econômico, ii)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
PODER EXECUTIVO - PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

demonstrativo do percentual aumentado, iii) notas fiscais em anexo com justificativa do pedido, iv) pesquisa de mercado realizada pelo setor de compras e v) justificativa apresentada pela administração;

Com base na proposta de reequilíbrio da empresa SUPER POSTO ESTRELA Ltda, o Óleo Diesel S10 passa do valor de R\$ 7,39 (sete reais e trinta e nove centavos) para R\$ 5,62 (cinco reais e sessenta e dois centavos), ocorrendo uma redução de aproximadamente 23,95%; quanto à Gasolina Comum, o valor de R\$ 5,00 (Cinco Reais) passa para o valor de R\$ 5,31 (Cinco Reais e Trinta e Um Centavos).

Já com base no pedido de realinhamento de preço proposto pela empresa SUPER POSTO PALMEIRA Ltda, o Óleo Diesel S10 passa do valor de R\$ 7,01 (Sete Reais e Um centavo) para o valor de R\$ 5,62 (cinco reais e sessenta e dois centavos).

É o relatório.

Trata-se da verificação dos aspectos jurídicos-formais da proposta da administração para realização de aditivo de reequilíbrio.

Passamos a análise.

II- DAS CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS:

Inicialmente é válido registrar que o exame jurídico prévio das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes de que trata o parágrafo único do artigo 38, da lei nº 8.666/93, é exame “que se restringe à parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a parte técnica dos mesmos.” (Tolosa Filho, Benedito de Licitações: Comentários, teoria e prática: Lei nº 8.666/93. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 119).

Ressalte-se que o parecer jurídico visa a informar, elucidar, enfim, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração ativa.

Cumpra esclarecer, também, que toda verificação desta Procuradoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
PODER EXECUTIVO - PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as informações como técnicas, dotadas de verossimilhanças, pois não possui a Procuradoria Jurídica o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

Toda manifestação expressa posição meramente opinativa sobre a contratação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade nos termos do inciso VI do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, aferição que, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, em seu âmbito discricionário.

III EQUILÍBRIO ECONÔMICO:

A questão afeta ao equilíbrio econômico - financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da República, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art.37(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico- financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
PODER EXECUTIVO - PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

inciso XXI (“mantidas as condições efetivas da proposta”), não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial. (grifos nossos)

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello, assim assevera:

“... o equilíbrio econômico financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
PODER EXECUTIVO - PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento."

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

(...)

"Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando viera a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente ou tornados mais onerosos qualitativamente, a situação inicial estará modificada. (...) Significa que a administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Devendo-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
PODER EXECUTIVO - PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

encargos mais onerosos e perceba a remuneração originalmente prevista. Ampliado os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58,§ 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico- financeira.”

Registra-se, outrossim, **julgado do Tribunal de Contas da União** pertinente ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato:

“Equilíbrio econômico-financeiro. Contrato. Teoria da Imprevisão. Alteração Contratual. A ocorrência de variáveis que tornam excessivamente onerosos os encargos do contratado, quando claramente demonstradas, autorizam a alteração do contrato, visando ao restabelecimento inicial do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento na teoria da imprevisão, acolhida pelo Decreto-Lei 2.300/86e pela atual Lei n.º 8.666/93. (TCU, TC-500.125/92-9, Min. Bento José Bugarin, 27/10/94, BDA n.º 12/96, Dez/96, p. 834).”

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos. Neste sentido, a proposta inexequível não seria razão para ocorrer à promoção do restabelecimento, da mesma maneira, não poderá dar ensejo ao restabelecimento, à omissão de encargos incidentes sobre o objeto contratado, quando da proposta.

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
PODER EXECUTIVO - PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

situação original constante na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

O restabelecimento do equilíbrio não é revelado como ato discricionário da Administração, esta somente poderá recusar-lhe deferimento diante de uma das seguintes situações: A) ausência de elevação dos encargos; B) ocorrência do evento anterior à formulação da proposta; C) ausência denexo causal entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos; D) culpa do contratado pela majoração de seus encargos.

Cumprir dizer ainda que, a ausência de previsão contratual ou editalícia não prejudica a aplicação do restabelecimento do equilíbrio, pois sua origem não é contratual, e sim constitucional.

Outro ponto a ser abordado é que o reequilíbrio somente ocorrerá a partir da solicitação de uma das partes contratuais, conforme preconiza Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“É recomendável que o administrador considere alguns tópicos como essenciais para a concessão do reequilíbrio: requerimento, demonstração de desequilíbrio, exame econômico das planilhas, análise jurídica do pleito, avaliação do preço reequilibrado e da proposta mais vantajosa, dotação orçamentária, decisão e periodicidade”.

Dessarte, o contrato administrativo pode ser alterado, por acordo entre as partes, para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, somente no caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, conhecida como “teoria da imprevisão”. Neste sentido, torna-se prudente a conceituação desta teoria, na visão de Fernanda Marinela:

“...consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deveser superveniente, imprevista (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
PODER EXECUTIVO - PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. São hipóteses de teoria da imprevisão: a) força maior e caso fortuito (...); b) fato do príncipe (...); c) fato da administração...”.

Ressalte-se que a alínea “d”, inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, não menciona nenhum prazo, o que nos leva ao entendimento de que em qualquer momento pode ser restabelecido pelas partes o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o caso se enquadre nos dispositivos legais.

Do Óleo Diesel S10:

Em relação ao produto Óleo Diesel S10, verifica-se que o reequilíbrio traz economia aos cofres públicos da Administração Municipal, pelo que demonstra uma queda no valor despendido no consumo deste item.

Por esta razão essa Procuradoria repousa o seu entendimento acerca da aprovação do reequilíbrio econômico, no que diz respeito a este item, por se tratar de medida mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

Da Gasolina Comum:

Em relação ao item Gasolina Comum, deve-se observar que a oscilação do produto encontra-se em constante movimento. Atualmente vem demonstrando uma queda no preço de revenda. Vejamos:

<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-revenda-e-de-distribuicao-combustiveis>

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/19/preco-medio-dos-combustiveis-nos-postos-tem-leve-queda-em-semana-de-ajuste-da-petrobras-mostra-anp.ghtml>

Assim, levando em consideração também a pesquisa efetuada pelo setor de compras do Município de Terra Alta, com base em contratos atualizados firmados com outras prefeituras, é forçoso



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
PODER EXECUTIVO - PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

o entendimento pela não aprovação do reequilíbrio do preço deste item, haja vista a frequente queda do seu valor no mercado já anunciada pelo Governo Federal nos seus canais oficiais.

Ademais, o próprio Governo federal anuncio um canal de denúncias canal aberto para denunciar preços abusivos praticados por postos de combustíveis, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). Vejamos:

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/canal-de-denuncias-da-senacon-ja-recebeu-mais-de-mil-denuncias-contr-postos-de-combustiveis>



Desta forma, o Governo anuncia a redução do valor do praticado no mercado e coíbe a prática abusiva de cobrança excessiva que ultrapasse o limite estabelecido pela ANP.

IV CONCLUSÃO:

Assim, diante das razões supra, em vista do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, esta Procuradoria Jurídica, entende que é **possível o reequilíbrio econômico** e financeiro do contrato, para continuidade da aquisição de **óleo diesel S10**, nas ambas empresas solicitantes. Contudo, esta Procuradoria assenta o entendimento no sentido de que **fica inviabilizado o reequilíbrio econômico do valor do item Gasolina Comum**, nos termos acima expostos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA
PODER EXECUTIVO - PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

Estes são os termos a qual submeto à deliberação do Controle Interno.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Terra Alta-PA, 24 de maio de 2023.

